

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB

CURSO DE PEDAGOGIA

EDUCAÇÃO POSITIVA APLICADA À PRIMEIRA INFÂNCIA NO BRASIL

Por

VITALINA GONÇALVES DE ALMEIDA

Trabalho de Conclusão de Curso sob a Orientação da Professora Dra. Daniela Barros Pontes e Silva como requisito para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia, do Centro Universitário de Brasília.

Brasília-DF, 2025

VITALINA GONÇALVES DE ALMEIDA

EDUCAÇÃO POSITIVA APLICADA À PRIMEIRA INFÂNCIA NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso sob a Orientação da Professora Dra. Daniela Barros Pontes e Silva como requisito para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia, do Centro Universitário de Brasília.

BANCA EXAMINADORA

Dra. Daniela Barros Pontes e Silva – Orientadora (NEAD / UniCEUB)
Msc. Sandra Mara Souza Bessa – NEAD/UniCEUB
Dr. Saulo Pequeno Nogueira Florencio – NEAD/UniCEUB

Brasília, 02 de dezembro de 2025

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que, diante de tantas dificuldades, nos permite sonhar e vislumbrar uma condição social melhor. A possibilidade de sonhar é o termômetro que nos impulsiona a continuar percorrendo essa longa estrada da vida e realizar nossos sonhos, pois os sonhos não envelhecem.

Agradeço à minha mãe Nilza (*in memoriam*), que nunca teve a oportunidade de frequentar a escola e sofreu intensamente a infelicidade de amargar a invisibilidade social e da exclusão. Diante de tais acontecimentos, tinha a certeza de uma coisa: meus filhos precisavam estudar para não sofrer as humilhações que ela viveu. Nas décadas de 1980 e 1990, a vida na Vila Paranoá era muito difícil; a vulnerabilidade social era uma realidade ainda mais severa do que a dos dias atuais. No entanto, anualmente dirigia-se à secretaria da escola para nos matricular, e faltar às aulas jamais foi uma opção. Naquela época, o nível mais alto, chamado de 2º grau, era o que conseguíamos alcançar, mas a convicção de que a educação é o melhor caminho a seguir nos fazia perseverar a percorrê-lo.

Agradeço ao meu esposo Reginaldo pelo companheirismo e dedicação à nossa família, priorizando-nos em suas escolhas; ao meu filho Rodrigo, pelo incentivo e pelo privilégio de tê-lo como filho; e à minha sobrinha, a socióloga Larissa, pelas trocas tão necessárias para a construção do conhecimento.

Por fim, agradeço também aos professores pelo profissionalismo e dedicação, em especial à professora Dra. Daniela, por tornar o percurso leve e repleto de aprendizado.

Resumo: A sociologia define o ser humano como resultado de um processo histórico, cultural e social, o que implica que não nascemos determinados unicamente por aspectos culturais ou biológicos. Ao longo da vida, construímos-nos a partir do contexto em que estamos inseridos. Neste sentido, o ambiente escolar é fundamental e funciona como mola propulsora para a formação integral dos sujeitos em todas as dimensões: social, emocional e cultural. A pesquisa baseou-se em revisões bibliográficas de artigos publicados sobre Psicologia Positiva aplicada à Educação Positiva, visando compreender as práticas pedagógicas que favorecem o desenvolvimento das crianças. Assim, a Educação Positiva surge como uma estratégia pedagógica voltada para o desenvolvimento socioemocional das crianças na primeira infância, com o objetivo de favorecer a construção de competências como empatia, resiliência, autoestima e cooperação. Essa abordagem proporciona espaços escolares afetivos que promovem o bem-estar e se posiciona como um caminho eficaz para prevenir violências e traumas decorrentes das relações sociais.

Palavras-chaves: Pedagogia; Psicologia Positiva; Educação Positiva; Primeira Infância, Educação Tradicional.

SUMÁRIO

EDUCAÇÃO POSITIVA APLICADA À PRIMEIRA INFÂNCIA NO BRASIL.....	2
AGRADECIMENTOS	3
Resumo.....	4
1. Introdução.....	6
2. Fundamentação Teórica.....	9
2.1 A Importância do Desenvolvimento Humano na Primeira Infância.....	9
2.2 Psicologia Positiva.....	15
2.3 Educação Positiva.....	16
3. Educação Positiva em contextos educacionais.....	19
4. Conclusão.....	22
REFERÊNCIAS.....	23

1 Introdução

A educação, enquanto processo de formação humana, ultrapassa a simples transmissão de conhecimento. Conforme o poema “Escola”, frequentemente atribuído a Paulo Freire (2003), “Escola é, sobretudo, gente. Gente que trabalha, que estuda, que alegra, se conhece, se estima, lugar onde se faz amigos”. Contudo, há indicações que o poema foi composto por uma educadora não identificada que, ao assistir a uma palestra de Paulo Freire, registrou suas ideias em forma de poema, entregando ao autor sem se identificar, e que o próprio Paulo Freire nunca publicou esse texto em seus livros. Essa visão humanista do educador destaca a escola como um espaço de convivência, afeto e crescimento mútuo, onde as relações interpessoais são fundamentais para o aprendizado, alinhando-se à ideia de Paulo Freire de que a escola é um espaço compartilhado por diversos atores sociais, ou seja, por pessoas.

O geógrafo brasileiro Milton Santos define espaço geográfico como “um conjunto de forma representativa de relações sociais do passado e do presente, estruturado por relações sociais que acontecem diante dos nossos olhos e se manifestam por meio de processos e funções” (Santos, 2008, p.153). Ou seja, o espaço geográfico é compreendido não apenas como um lugar físico, mas como um conjunto dinâmico e vivo de conexões sociais, e não simplesmente uma estrutura física.

Nesse contexto, o ambiente escolar é um espaço onde ocorrem interações que envolvem uma diversidade de condutas e ideias, de modo a enfrentar diversos desafios relacionados a questões comportamentais, emocionais, sociais e econômicas abrangendo situações que vão das mais simples às mais complexas.

Dito isso, durante o estágio em uma Instituição Pública, localizada no Distrito Federal, vivi experiências que me levaram a refletir sobre as práticas e condutas dos professores na gestão de sala de aula. Ao longo do percurso, observei a presença de gritos, posturas autoritárias e ameaças no trato com as crianças, tais como: encaminhar o aluno para a sala da coordenação, anotar o nome no quadro de quem não participaria do recreio e até levar a turma para o espaço da recreação para que ficasse sentadas observando as outras crianças brincarem, como forma de punição, configurando uma violação dos direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), especificamente no Artigo 16, que assegura às crianças o direito

à liberdade para brincar, praticar esportes e divertir-se. Além disso, a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 227, também garante prioridade absoluta na proteção desses direitos.

Diante dessas ações, a reação das crianças era expressa pelo choro, nervosismo e pela insistência em dar explicações sobre seus comportamentos, gerando no ambiente da sala de aula sentimentos de medo, temor, raiva e inquietação.

Ao presenciar tais práticas, percebi a necessidade de que a comunidade escolar reavalie suas atitudes e busque alternativas para melhorar a interação entre professores e estudantes, valorizando a escuta ativa, o respeito mútuo, a empatia e uma comunicação eficaz, que envolva a expressão de pensamentos, emoções de forma empática e sem agressividade.

Essa postura promove um ambiente de diálogo e respeito, contribuindo para relações positivas e proporcionando um espaço propício de aprendizado, conforme os princípios da Educação Positiva.

Com base nas experiências vividas durante o processo formativo foi possível identificar diversos problemas históricos e culturais que estruturam a sociedade, tais como: questões emocionais, sociais e comportamentais. Essas experiências levaram-me a refletir sobre uma práxis educativa mais humanizada e leve.

Eu, enquanto universitária, não tive contato com o tema no contexto acadêmico, mas sim além dos limites da universidade. Em um diálogo informal com uma educadora, fui apresentada à temática da Educação Positiva, uma abordagem que se contrapõe ao modelo convencional de ensino, marcado por práticas autoritárias, ameaças e punições.

Justifico a importância do estudo deste tema ao destacar que a Educação Positiva contribui para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, promovendo o bem-estar e a formação integral dos alunos. Além disso, ressalto a relevância da primeira infância, uma fase fundamental no processo da construção dos indivíduos.

Nesse contexto, a primeira infância compreende o período de 0 a 6 anos completos, sendo que diversas legislações tratam desse tema, considerando a criança como prioridade absoluta. O marco legal da primeira infância, em seu artigo 8º, assegura o pleno atendimento dos direitos das crianças, estabelecendo que essa responsabilidade é compartilhada por todos os entes da federação. Além disso, ao

garantirmos uma primeira infância de qualidade e transformarmos o início da vida, estamos, na verdade, mudando toda a história, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, humana e solidária.

Pois, o desenvolvimento humano situa-se num contexto histórico e cultural, num ambiente que o influencia fortemente (Papalia et al., 2001). Neste sentido, emerge uma responsabilidade acrescida de reflexão e estudo sobre os contextos educacionais que proporcionamos às crianças nesta primeira fase da sua vida. Contextos que ofereçam à criança oportunidades para aprender ativamente são determinantes para que ela possa se desenvolver de forma harmoniosa. Na verdade, o jeito como as crianças são cuidadas e respeitadas nas “suas necessidades, características e interesses, a forma como são encorajados os sucessos e fracassos, a forma como a creche responde à criança e à sua individualidade terá efeitos significativos para o desenvolvimento” (Carvalho, 2005, p. 43).

O modelo de Educação Institucional tem sido alvo de críticas fundamentadas em estudos sobre o desenvolvimento humano, por apresentar práticas autoritárias e uma disciplina rígida. Em contraponto, a Educação Positiva surge como uma abordagem inovadora, buscando transformar a educação formal. Embora ainda pouco conhecida, essa área vem crescendo no Brasil. Em 2019, as doutoras Juliana Franco e Lívia Praeiro fundaram a Escola de Educação Positiva, com a finalidade de disseminar essa abordagem no país por meio da formação e certificação de profissionais de diferentes áreas.

Por isso, para mudar o rumo das práticas pedagógicas, é imprescindível que as faculdades incluam o tema Educação Positiva em suas grades curriculares e iniciem um caminho de abordagens diferentes dos princípios da educação convencional.

Dessa forma, no contexto da pesquisa, algumas perguntas norteiam o desenvolvimento deste trabalho, tais como: Qual é a importância da Primeira Infância? O que é a Educação Positiva? Qual é o contexto histórico da Educação Positiva? Quais foram os primeiros estudiosos da Educação Positiva? Quais os primeiros indícios da Educação Positiva no Brasil? E por que a Educação Positiva foi concebida como um contraponto à Educação Convencional?

Para embasar o estudo e esclarecer a importância da Educação Positiva, a pesquisa realizará uma revisão bibliográfica por meio de análise de artigos científicos

extraídos das bases de dados eletrônicos da CAPES e Google Acadêmico. O Objetivo é compreender os fundamentos teóricos da Psicologia Positiva aplicada à Educação Positiva e analisar como ela contribui para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, promovendo o bem-estar e o desenvolvimento pleno dos alunos. Além disso, busca-se compreender o contexto histórico do surgimento da Educação Positiva e identificar de que forma seus princípios podem ser aplicados no ambiente escolar para promover qualidade de vida e o desenvolvimento integral dos atores sociais.

2 Fundamentação Teórica

2.1 A Importância do Desenvolvimento Humano na Primeira Infância

Para compreender melhor a abordagem da Educação Positiva é fundamental compreender também o processo de formação humana.

Desde a concepção no útero materno até o momento em que morre, o ser humano vive num processo caracterizado por constantes mudanças. Este processo de mudança, que resulta da interação entre as características biológicas de cada indivíduo e os fatores contextuais onde o indivíduo se encontra inserido (sociedade e cultura), é denominado por desenvolvimento humano (Matta, 2001; Núñez, 2005; Papalia et al., 2001; Portugal, 2009; Tavares et al., 2007 apud Dias; Correia; Marcelino, 2024). Sendo um processo holístico e contextualizado que ocorre ao longo de toda a vida, o desenvolvimento humano acarreta mudanças progressivas, contínuas e cumulativas provocando, no indivíduo, reorganizações constantes ao nível das suas estruturas físicas, psicológicas e sociais que evoluem num contínuo faseado e integrativo (Núñez, 2005; Tavares et al., 2007 apud Dias; Correia; Marcelino, 2024).

Portugal (2009 apud DIAS et al, 2024) defende que o período da infância e as primeiras experiências de vida do ser humano enquanto criança determinam aquilo que o ser humano será enquanto adulto, pois é nesse período que o sujeito aprende sobre si, sobre os outros e sobre o mundo. Assim sendo, o conhecimento da criança nesta etapa da sua vida torna-se essencial para os profissionais de educação que com ela desenvolvem uma ação educativa.

Na atualidade, não se discute mais a importância do desenvolvimento das crianças na primeira infância, especialmente entre o zero e os três anos, pois sabe-se que é na infância que se estabelecem as bases do desenvolvimento nos seus diversos

aspectos físicos, motores, sociais, emocionais, cognitivos, linguísticos, comunicacionais e etc." (Portugal, 2009, p.7 apud Dias; Correia; Marcelino, 2024). De acordo a Lei 13.257, de 8 de março de 2016, em seu artigo 2º, considera-se a primeira infância o período que abrange os primeiros 6 (seis) anos completos ou 72 (setenta e dois) meses de vida da criança.

A primeira infância é uma etapa fundamental para o desenvolvimento humano, pois as experiências vivenciadas nesse período influenciam diretamente a formação emocional, social e cognitiva das crianças. Por isso, compreender os impactos de contextos violentos nesse processo é essencial para a elaboração de políticas e práticas eficazes de proteção.

Segundo Eigenmann (2022, p. 136) destaca que:

Um estudo realizado em 1995, pelo médico especialista Vincent Felitti e seus colaboradores, na Califórnia (EUA), sobre Adverse Childhood Experiences (ACEs), que aborda situações adversas durante a infância, trouxe muito esclarecimento sobre o que são contextos violentos contra e para as crianças. São situações que podem gerar estresse tóxico, especialmente quando uma criança passa por essas adversidades sem receber amparo emocional adequado de seus adultos cuidadores.

Eventos potencialmente traumáticos ocorridos antes dos 17 anos de idade colocam os indivíduos em maior risco de doenças e outros problemas ao longo da vida. Essas situações foram denominadas experiências adversas da infância (EAIs) e podem afetar o desenvolvimento do cérebro, modificando sua arquitetura em decorrência do estresse tóxico.

A longo prazo, isso aumenta o risco não só de doenças mentais e psíquicas, como também de doenças crônicas. Essas evidências consistentes e convincentes mostram a importância do investimento no combate aos danos causados por adversidades na infância e nos serviços de prevenção das experiências traumáticas nessa fase da vida.

O estudo descrito acima é chamado The CDC-Kaiser Permanent adverse childhood experiences (ACES) (Felitti e Anda, 1998 apud Eigenmann,2022; STJ nas escolas, 2023) e elenca dez situações consideradas experiências adversas da infância: sofrer abuso físico, emocional ou sexual; sofrer negligência física ou emocional; ser testemunha de violência doméstica; possuir mãe/pai/cuidador em

situação de dependência química; possuir mãe/pai/cuidador com problemas de saúde mental; sofrer abandono parental, devido à separação ou ao divórcio dos pais; e possuir pai, mãe ou familiar encarcerado. Ainda em relação a esse estudo, mostrou-se que adultos que viveram quatro ou mais experiências adversas da infância possuem o risco aumentado de desenvolvimento de: depressão (4,6x), uso de drogas ilícitas injetáveis (10,3x), alcoolismo (7,4x), suicídio ou tentativa de suicídio (12,2x), coronariopatias (4,6x), pneumopatia crônica (3,9x), doenças sexualmente transmissíveis (2,5x), câncer (1,9x), diabetes (1,6x), obesidade severa (1,6x) e outras doenças crônicas. Além disso, experiências adversas da infância podem interferir na aprendizagem, no comportamento e na capacidade de prosperar na vida futura.

Outro estudo também feito pelo Centro de Pesquisa Biomédica em Rede de Saúde Mental (CIBERSAM) no ano de 2021 constatou que 35% dos transtornos mentais diagnosticados na fase adulta são por traumas gerados na primeira infância (0-7 anos). Além disso, uma pesquisa de médicos canadenses publicada pela Universidade de Cambridge mostra que adolescentes criados por pais rígidos apresentam redução significativa em duas estruturas cerebrais, o córtex pré-frontal e a amígdala cerebelosa, deixando-os mais propensos a desenvolver transtornos da mente. As pesquisas mostram que estes adolescentes, criados sob estas regras rígidas e inflexíveis, costumam ser introspectivos e ter mais dificuldade em se relacionar socialmente. “A longo prazo, a recorrência do chamado estresse tóxico na fase mais vulnerável do crescimento pode levar ao aumento de problemas de relacionamento, baixa autoestima e, em situações extremas, até dependência química”, alerta a neuropediatra Liubiana Arantes de Araújo, Presidente do Departamento de Desenvolvimento da Sociedade Brasileira de Pediatria.

Corroborando os dados mencionados, o estudo do Prêmio Nobel em Economia, James Heckman, destaca a importância de investir na primeira infância, pois esse investimento tende a proporcionar maior qualidade de vida e retorno econômico. Além disso, verifica-se uma redução nos índices de hipertensão, doenças cardíacas e obesidade, bem como a diminuição das chances de envolvimento com o consumo precoce de bebidas alcoólicas e cigarros antes dos 17 anos.

Diante disso, destaca-se o papel fundamental da primeira infância no desenvolvimento integral do ser humano, conforme evidenciado em diversos documentos oficiais que abordam a importância dessa fase. Isso porque a primeira

infância é o período que abrange os primeiros seis anos completos de vida da criança.

Nesse sentido, os teóricos Jean Piaget e Lev Vygotsky contribuíram significativamente para a compreensão do desenvolvimento infantil. Piaget propõe que a criança se desenvolve por meio de estágios, ou seja, primeiro ocorre o desenvolvimento e depois a aprendizagem. Por sua vez, Vygotsky enfatiza que a aprendizagem precede o desenvolvimento. Apesar dessas diferenças, ambos destacam a importância das interações sociais e culturais como bases essenciais para o processo de desenvolvimento.

Por isso, essa fase é marcada por diversos processos de desenvolvimento que são influenciados pela realidade na qual a criança está inserida, pelos estímulos que recebe e pela qualidade dos vínculos afetivos que vivencia. Justamente por isso, o começo da vida deve receber proteção especial.

Segundo dados de 2025 da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, o país conta com aproximadamente 18,1 milhões de crianças na primeira infância (0 a 6 anos). Essa nova estimativa é um pouco inferior ao dado do censo demográfico (IBGE/2020), que indicava cerca de 20 milhões de crianças nessa faixa.

Outrossim, o programa Prioridade Absoluta elaborou um material que apresenta estudos que comprovam a relevância da primeira infância para o desenvolvimento infantil, assim como a legislação vigente sobre o Marco Legal da Primeira Infância.

É fundamental assegurar um desenvolvimento adequado às crianças, pois pesquisas indicam que, quando as condições são favoráveis, as crianças têm maiores chances de alcançar seu potencial e se tornar adulto mais estável, produtivo e completo (Unicef 2016).

Retomando a experiência observada, em que as crianças são impedidas de ir ao recreio como forma de punição, tal prática caracteriza cerceamento de um direito assegurado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pela Constituição. Contudo, essa garantia ainda é frequentemente encarada como menos relevante. Embora seja extremamente importante, pois o brincar favorece o desenvolvimento de diversas habilidades.

O brincar proporciona às crianças a percepção do mundo, dos desafios, e dos prazeres, sendo nesse momento que aprendem a reproduzir novas situações e a lidar com conflitos da vida social e familiar, desenvolvendo sua inteligência emocional (Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal, 2015).

De acordo com a professora Gilka Girardello (2006) no texto:

Por que toda criança precisa brincar?

Ela expressa que “Mais que um jeito de aprender, brincar é o jeito de as crianças serem”. Nesse sentido, não há como negar que o “brincar”, em suas palavras, não é uma coisa que pode ser substituída, ou ser deixada para o amanhã. A criança precisa brincar todos os dias de sua infância.

Brincando, elas aprendem: a escolher, a imaginar, a perseverar, a imitar, a criar, a descobrir, a confiar em si, a fantasiar, novas habilidades, a partilhar, a inventar, a pensar logicamente, a pensar narrativamente, a interagir, a cooperar, a questionar, a memorizar, a conhecer suas forças, a conhecer seus limites, a encorajar, a fazer julgamentos, a analisar, a devanear, a compaixão, a fazer analogias, a organizar, a fazer cultura, a compartilhar, a perdoar, a desbravar, a construir, a destruir, a sentir, a rir, a olhar, aprendem a olhar.

Nesse sentido, as crianças são reconhecidas como sujeitos de direito, conforme assegurado por diversos documentos nacionais, especialmente, a Constituição Federal de 1988. No artigo 227 está definido que “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, direitos como vida, saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária, protegendo-os contra negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação em seu artigo 29 estabelece que a educação infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, abrangendo os aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Já o artigo 4º da LDB dispõe sobre o dever do Estado em garantir a oferta da educação básica obrigatória e gratuita, o que inclui a educação infantil, ressaltando a organização dessa etapa educacional. Dessa forma, infere-se do texto que a responsabilidade do Estado vai além do ensino acadêmico, abrangendo também desenvolvimento emocional e social das crianças.

Além disso, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o artigo 53 assegura o direito da criança e do adolescente à educação, visando ao pleno desenvolvimento e preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

De forma complementar o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil apresenta, entre seus objetivos, o estabelecimento de vínculos afetivos e de troca com adultos e outras crianças, além de comunicação e interação social; ampliar as relações sociais e desenvolver atitudes de ajuda e colaboração e brincar, expressando emoções, sentimentos, pensamentos e necessidades.

Ainda o Marco Legal da Primeira Infância reforça a importância dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento, estabelecendo princípios que orientam políticas nas áreas da saúde, educação, assistência social e cultura voltadas para essa fase da vida.

Complementarmente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo e técnico estabelece as aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver, incluindo as competências socioemocionais descritas nas dez competências gerais. Essas competências contemplam aspectos como autoconsciência, autogestão, consciência social, habilidades de relacionamento e tomada de decisão responsável. Essas competências devem ser promovidas em todos os componentes curriculares e etapas da Educação Básica (BRASIL, 2018, p. 10). Elas abrangem a gestão das emoções, empatia, cooperação, e responsabilidade social, objetivando o desenvolvimento integral do estudante e a construção de um ambiente escolar saudável.

Ademais a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) conceitua competência como a mobilização integrada de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. Além disso, o documento destaca que as competências resultam da articulação entre saberes teóricos, habilidades práticas, atitudes éticas e valores, promovendo assim uma educação integral que prepara o estudante para os desafios sociais, profissionais e pessoais do século XXI. Portanto, as competências socioemocionais configuram um elemento central na BNCC para garantir essa educação integral, que ultrapassa o domínio cognitivo e inclui a formação emocional e social dos alunos.

2.2 Psicologia Positiva

A Psicologia Positiva foi pensada por Mihaly Csikszentmihalyi e Martin Seligman. Ambos acreditavam que a ciência da experiência e do comportamento humano deveria incluir, também, o estudo de seus aspectos positivos (Csikszentmihalyi, 2003 apud Cintra; Guerra, 2017). É uma vertente da psicologia que estuda e promove o funcionamento positivo do cérebro e da vida humana, valorizando as qualidades e emoções positivas para construir uma existência mais feliz e equilibrada.

Em 1999, a Psicologia Positiva se formalizou cientificamente, quando Seligman tornou-se presidente da American publicado no American Psychological Association. No ano 2000, um artigo publicado no American Psychologist introduzia os pensamentos que fomentam a investigação da saúde mental, das virtudes humanas e do bem-estar. Esse artigo foi chamado Positive Psychology: an introduction e, por muitos, foi considerado o ponto de partida do movimento que buscava compreender as forças humanas.

A Psicologia Positiva pode ser definida como o estudo científico de experiências e aspectos positivos do ser humano, suas potencialidades e motivações (Gable & Haidt, 2005; Seligman & Csikszentmihalyi, 2000 apud Cintra; Guerra, 2017). Importante ressaltar que essa vertente da psicologia não nega as patologias ou o padecimento inerente à vida humana e, sim, objetiva preveni-los, além de promover o flourishing (florescimento) dos indivíduos e das instituições.

Segundo Paludo e Kölner (2007 apud Parente; Coutinho; Frota; Corradini, 2023), nos últimos anos foram realizadas diversas investigações sobre as patologias, mas pouco se sabe sobre as prevenções. Entretanto, alguns pesquisadores afirmam a importância das forças pessoais como agentes preventivos e protetores da doença e da saúde mental. Ainda nas palavras de Seligman e Csikszentmihalyi (2000 apud Parente; Coutinho; Frota; Corradini, 2023), “o objetivo da Psicologia Positiva é começar a catalisar uma mudança no foco da psicologia da preocupação somente com o reparo das piores coisas da vida para a construção, também, de qualidade positivas.

2.3 Educação Positiva

O termo “Educação Positiva” surgiu no início de 2008, durante um encontro entre Seligman e membros da equipe da Geelong Grammar School (GGS), escola australiana que foi a primeira no mundo a implementar os princípios da Psicologia Positiva em toda a instituição de ensino (Norrish, 2015 apud Cintra; Guerra, 2017). É a união da ciência da Psicologia Positiva com a melhor prática de ensino, para estimular e apoiar o florescimento de escolas e indivíduos” (Norrish, 2015, p. 28 apud Cintra; Guerra, 2017).

Portanto, a Educação Positiva pode ser definida, de modo geral, como a Psicologia Positiva aplicada à educação (i.e., a instituições educacionais), preconizando que as habilidades para o bem-estar podem e devem ser ensinadas nas escolas junto às tradicionais habilidades para a qualificação e realização profissional (Green & cols., 2011; Norrish & cols., 2013; Waters, 2011 apud Cintra; Guerra, 2017). Desse modo, além de bem-estar, resiliência e florescimento, a Educação Positiva propicia caminhos para o que talvez seja um dos mais importantes aprendizados – o de conhecer a si mesmo (Norrish, 2015 apud Cintra; Guerra, 2017).

A educação positiva, é uma abordagem que valoriza o respeito mútuo, a empatia, o encorajamento e a comunicação eficaz, buscando promover o desenvolvimento emocional e social das crianças em um ambiente acolhedor e seguro. Ela enfatiza a importância de ouvir as crianças, validar seus sentimentos e estabelecer limites claros sem punições, favorecendo a autonomia e a autoestima.

Para tanto, a Educação Positiva por meio da Psicologia Positiva surge como uma abordagem pedagógica contemporânea que prioriza o respeito mútuo, a empatia, a conexão afetiva e a construção da autonomia da criança. Inspirada nas teorias de autores como Jane Nelsen, Rudolf Dreikurs e Daniel Siegel, a Educação Positiva tem ganhado destaque no cenário educacional por apresentar estratégias que promovem o desenvolvimento integral da criança com base no vínculo afetivo e na disciplina construtiva.

Segundo Nelsen (2015), uma das precursoras da disciplina positiva, educar de forma respeitosa não significa ser permissivo, mas sim ensinar habilidades de vida por meio da cooperação, do encorajamento e da consistência. A criança precisa se sentir pertencente e importante dentro de sua comunidade — seja familiar

ou escolar — para desenvolver comportamentos socialmente saudáveis. Esta visão está alinhada às contribuições de Dreikurs (1991), que defende que o comportamento infantil é motivado por objetivos de pertencimento, e que o uso de punições severas ou recompensas externas pode enfraquecer a autonomia e a autoestima da criança, pois uma primeira infância repleta de afeto, cuidado, amor e segurança, com interações sociais saudáveis e em um ambiente sem violência promove terreno fértil para que, no futuro, as crianças se tornem adultos emocionalmente equilibrados, resilientes, com menor risco de desenvolver doenças crônicas e transtornos psiquiátricos que busquem e proporcionem o respeito em suas relações. Jane Nelsen (2015, p. 10 apud Ivone, 2024, p.17) nos convida a pensar: “De onde nós tiramos a ideia absurda de que, para levar uma criança a agir melhor, antes precisamos fazê-la se sentir pior?”

No Brasil, em 2019, a Escola da Educação Positiva foi fundada, pela Neurocientista e educadora parental Lívia Praeiro, que estruturou os fundamentos da Educação Positiva no país, incluindo cinco pilares essenciais (Teoria do Apego, Ciência do Desenvolvimento Humano, Inteligência Emocional, Desenho Original do Ser Humano e Estudos Sociais). A escola criou curso profissionalizante na área da educação parental.

A Teoria do Apego foi desenvolvida por John Bowlby, psicólogo, médico e psiquiatra e psicanalista inglês, que desde a década de 40, investigava o comportamento de crianças delinquentes e separadas de suas mães no pós-guerra. Ele propôs que o apego é uma estratégia evolutiva essencial para a sobrevivência do recém-nascido, que nasce com a capacidade inata de amar e depende dessa conexão para viver. O adulto, ao agir com assertividade, comprehende as necessidades da criança, que é totalmente dependente. A qualidade dos vínculos estabelecidos na infância, especialmente com o cuidador principal, é fundamental para que a pessoa desenvolva relacionamentos saudáveis ao longo da vida adulta.

Além disso, a Ciência do Desenvolvimento Humano mostra como se desenvolve o cérebro das crianças do ponto de vista cognitivo, social e emocional. Evidencia quais são os comportamentos esperados para cada fase do desenvolvimento humano e como os traumas de infância repercutem na vida adulta.

Conforme Eigenmann (2022, p. 45 e 46)

O cérebro de uma criança está em um intenso processo de desenvolvimento, mas nem todas as regiões começam a amadurecer na mesma época. O Neurocientista Paul MacLean dividiu o cérebro humano em três partes (cérebro trino), seguindo a ordem de amadurecimento. A primeira fase delas, o cérebro reptiliano, desenvolve-se ainda no útero e é responsável por funções básicas de sobrevivência como respiração, digestão, alimentação, choro e sono. A segunda parte que se desenvolve nos humanos é o cérebro límbico (também chamado de cérebro mamífero), que começa a amadurecer após o nascimento e é a sede das emoções. Essa região será formada pelas experiências sociais que a criança viverá com outras pessoas, principalmente com seus principais cuidadores nos primeiros anos de vida.

A terceira parte do cérebro, o neocôrortex, começa a amadurecer por volta dos três anos e é a parte do cérebro que nos diferencia de todas as outras espécies. Essa região é responsável, dentre outras funções, pela habilidade de se acalmar, de se regular, de analisar, de planejar. Ou seja, crianças menores de três anos não têm, ainda. Literalmente, os neurônios para conseguirem se acalmar sem ajuda.

De acordo com Shonkoff e Phillips (2000 apud Gambari et al. 2025)

a primeira infância é um momento em que o cérebro apresenta maior plasticidade, o que significa que experiências vivenciadas nessa fase têm um impacto profundo e duradouro no desenvolvimento. Segundo estudos neurocientíficos, estímulos positivos e relações de afeto contribuem para a formação de conexões neurais que favorecem aprendizagens futuras e habilidades sociais mais complexas.

Segundo Eigenmann (2022, p. 52). “não é a criança que precisa facilitar a vida do adulto, mas sim o adulto que precisa facilitar a vida da criança. Afinal, qual dos dois tem o cérebro maduro da relação?”

Por outro lado, no Desenho Original do Ser Humano, entre os mamíferos, os seres humanos nascem com o mais alto grau de dependência. Enquanto muitos outros mamíferos conseguem andar e caçar, os humanos nascem totalmente dependentes e precisam de cuidados constantes para sobreviver; sem isso, não resistem. Nossa percepção tradicional muitas vezes associa as crianças a seres naturalmente maus que necessitam de punições para serem moldadas.

Nos séculos 19 e 20, circulava a ideia de que a criança possui um lado mau. Conforme relata a autora alemã Katharina Rutschky em seu livro Schwarze Padagogik (em tradução livre Pedagogia Nebulosa), os livros de pedagogia na Europa ensinavam que:

Segundo Maya Eigenmann (2022, p. 35-36):

a criança nasce suscetível ao mal, que se manifesta de variadas formas – como a “manha”, o choro “excessivo”, a sensibilidade e as birras, precisaria ser exposta ao frio e ao calor extremo para se tornarem mais “resilientes”. Se o amor da mãe era “excessivo”, isso influenciaria negativamente na formação do caráter da criança.

Contudo, pesquisas científicas demonstram que as crianças nascem confiantes, amorosas, compassivas, corajosas e empáticas, isto é, com autoestima inata, embora a forma como elas enfrenta desafios possa reproduzir ciclos de violência.

Consequentemente, a Inteligência Emocional é uma habilidade essencial que envolve o reconhecimento e a compreensão das próprias emoções e das emoções alheias, assim como o entendimento das cinco emoções básicas: medo, raiva, tristeza, alegria e amor. Estudos científicos sobre trauma revelam que emoções reprimidas na infância permanecem marcadas até a vida adulta, influenciando no comportamento.

Os Estudos Sociais, enquanto tema transversal, permeiam todas as áreas do aprendizado ao incentivar debates e reflexões sobre igualdade e justiça. Na prática, propiciam a atuação responsável de crianças e adultos para transformar comportamentos e promover a igualdade, estimulando especialmente que os adultos liderem pelo exemplo em projetos comunitários e iniciativas coletivas

No livro *A raiva não educa. A calma educa*, a pedagoga e educadora parental Maya Eigenmann nos convida a reconsiderar os conceitos tradicionais sobre a educação infantil, demonstrando que esse processo não precisa – e nem deve – ser autoritário, constrangedor e ameaçador. Na abordagem de educação respeitosa proposta pela autora, são consideradas as necessidades e os sentimentos da criança, sem abrir mão de estabelecer os limites necessários para sua criação.

Além disso, por ser neuroplástico, o cérebro humano está em constante adaptação ao ambiente em que vivemos, o que possibilita aos adultos repensar a educação sem o uso da violência.

3 Educação Positiva em contextos educacionais

No país, algumas intervenções e aplicações da Psicologia Positiva em

contextos educacionais já podem ser identificadas. A psicóloga Miriam Rodrigues (2015), por exemplo, desenvolveu uma abordagem chamada Educação Emocional Positiva, e realiza capacitação de profissionais da área da educação e implementação de projetos psicoeducacionais para o bem-estar em escolas. Em uma escola localizada no município do Rio de Janeiro, a coordenadora pedagógica e psicóloga Maria Aparecida Mussi (comunicação pessoal, julho, 2016) aplica princípios e realiza intervenções da Psicologia Positiva na instituição. Outro exemplo é o projeto Educação em Valores, Desenvolvimento Humano e Cultura de Paz, iniciado pela Secretaria de Educação do Espírito Santo, que tem o objetivo de ajudar os estudantes a lidar com as emoções e melhorar a capacidade de concentração e, para tanto, faz uso da meditação e do desenvolvimento da inteligência emocional (Lyrio, 2015).

No estudo de González et al., (2013 apud Gonçalves, Catiane; Carniel, Fabiane) com base nas propostas da educação positiva, foi elaborado uma Intervenção Psicoeducativa (IPE) com o objetivo de avaliar os efeitos da intervenção na aprendizagem dos alunos (por meio de suas notas escolares). Participaram do estudo 30 estudantes entre 19 e 30 anos, da Universidade Veracruzana, no México.

Os efeitos da intervenção foram medidos estatisticamente e avaliados por meio de um grupo experimental (participantes da intervenção) e um grupo de controle. A intervenção consistiu em 15 sessões, dadas uma vez por dia, de segunda a sexta-feira, durante três semanas.

Os resultados mostraram que o desempenho acadêmico dos alunos melhorou significativamente no final da intervenção. Esses achados são condizentes com postulados da Educação Positiva, de que a saúde e o bem-estar estão ligados a uma melhor aprendizagem (Norrish, 2013; Suldo, S. M., Thau, A., Ferron, 2011; Howell, 2009 apud Gonçalves, Catiane; Carniel, Fabiane).

Enquanto no estudo de Shoshani e Slone (2017 apud Gonçalves, Catiane; Carniel, Fabiane) examinou os efeitos de uma intervenção baseada na psicologia positiva realizada em Israel. Doze salas de aula pré-escolares de 3, 5 e 6 anos foram aleatoriamente designadas para uma condição de intervenção psicológica positiva ou uma condição de controle de lista de espera. Na condição de intervenção, durante um ano letivo, 160 crianças experimentaram oito módulos de conceitos básicos em psicologia positiva que foram adaptados às características de desenvolvimento de crianças pequenas e foram comparados a 155 crianças em salas de aula de controle

demograficamente semelhantes. As crianças receberam um pré-teste e pós-teste de medidas subjetivas de bem-estar. Além disso, a saúde mental e o bem-estar emocional das crianças foram medidos por questionários dos pais.

Professores da pré-escola preencheram questionários sobre os comportamentos de aprendizagem das crianças. Os resultados mostraram aumento significativo no bem-estar subjetivo e, também e mais importante para essa pesquisa, mostraram aumento significativo nos comportamentos positivos de aprendizagem entre os participantes da intervenção, sem alterações significativas no grupo controle.

Vale ressaltar, que a Educação Positiva é uma ciência aplicada para auxiliar estudantes a adquirir uma formação integral, pois o sucesso educacional não é mais medido apenas pelo desempenho acadêmico. Ela aborda competências importantes que influenciam no aprendizado e nas relações sociais, tais como: empatia, resiliência, autoestima e cooperação, assim como percorrer um caminho de prevenção a trauma e violências e equilíbrio na interação entre seus pares.

O cenário escolar configura-se como uma terra fértil para a implementação da Educação Positiva. Contudo, é imprescindível a presença da afetividade nas relações cotidianas. Conforme Henri Wallon (2007 apud Aurino Lima Ferreira e Nadja Maria Acioly) em sua obra A evolução psicológica da criança, destaca a ligação indissolúvel entre o desenvolvimento psíquico e o desenvolvimento biológico do indivíduo, afirmindo que não existe preponderância do desenvolvimento psíquico sobre o desenvolvimento biológico, mas ação recíproca. Há, portanto, uma incessante ação recíproca do ser vivo e de seu meio. Tal compreensão fundamenta a necessidade de que o ambiente escolar, espaço compartilhado pelos sujeitos, promova o diálogo, a escuta ativa e o respeito mútuo, condições essenciais para o desenvolvimento integral das crianças.

No entanto, ainda há muito a avançar para a ampla disseminação da Educação Positiva no Brasil, principalmente, no contexto acadêmico. Em resposta às diversas dificuldades enfrentadas no espaço escolar, a inclusão de temas que abordam as habilidades socioemocionais é necessária para a formação de docentes com uma visão mais humanizada do exercício da profissão.

4 CONCLUSÃO

Conclui-se que a primeira infância é uma fase que merece atenção especial por parte dos familiares e da comunidade escolar, considerando seu papel fundamental no pleno desenvolvimento das crianças. O contexto social exerce grande influência na formação dos atores sociais. Nesse sentido, a Educação Positiva se apresenta como uma abordagem necessária para a construção integral dos estudantes. Posto isso, torna-se fundamental disseminar esse conhecimento e as estratégias pedagógicas por meio da formação continuada dos profissionais da Educação.

Repensar a educação sem o uso da violência intergeracional no contexto escolar implica refletir sobre os seguintes questionamentos: Qual é a importância da Primeira Infância? O que é a Educação Positiva? Por que a Educação Positiva foi idealizada como um contraponto à Educação Tradicional? Qual é o papel do professor diante dos desafios enfrentados no ambiente escolar?

Durante décadas, o ambiente escolar foi visto apenas como espaço para transmissão de conhecimentos e conceitos técnicos. Atualmente, o ato de ensinar incorpora uma visão holística da integralidade do sujeito, especialmente das crianças enquanto sujeitos de direitos que devem ser respeitados. Nesse cenário, o papel do professor é essencial na construção de cidadãos com habilidades e competências socioemocionais.

Isto posto, a Educação Positiva tem como objetivo proporcionar bem-estar para as crianças por meio de abordagens respeitosas, com a finalidade de prevenir traumas e violências, garantindo que as crianças tenham seu direito de ser criança respeitado. Além disso, a abordagem da Educação Positiva comprehende, em seus eixos, não apenas a formação acadêmica, mas sobretudo a formação da totalidade do ser humano, que abrange diversas dimensões: intelectual, física, emocional, social e cultural.

A Educação Positiva, quando integrada à educação integral, reforça seu papel essencial na formação de indivíduos completos, capazes de viver, conviver e promover transformações na sociedade. Ademais, a educação exerce seu papel formando atores sociais conscientes que atuam como agentes de transformação no mundo.

REFERÊNCIAS

Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 15 set 2025

Brasil. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/696197/Estatuto_criancadeadolescente_8ed_2025.pdf. Acesso em 15 set 2025

Brasil. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância (Marco Legal da Primeira Infância). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm. Acesso em 15 set 2025

Brasil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 15 set 2025

Brasil. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 15 set 2025

Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI)**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/seb/pdf/publicacoes/educacao_infantil/diretrizescurriculares_2012.pdf. Acesso em 15 set 2025

Cedeca, Glória de Ivone (Centro de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente – CEDECA/TO). Educação Positiva: nota técnica. Palmas, TO. Kinder Not Hilfe, 2024. Disponível em: <https://www.cedecato.org.br/site/images/publicacoes/pdf/ebook-educ-positiva.pdf>. Acesso em: 1º out. 2025.

Cintra, Cláisse Lourenço; GUERRA, Valeschka Martins. Educação Positiva: A aplicação da Psicologia Positiva a instituições educacionais. **Psicologia escolar e educacional**, v. 21, n. 3, p. 505-514, 2017.

Dias, Isabel Simões; C, Sônia; Marcelino, Patrícia. Desenvolvimento na primeira infância: características valorizadas pelos futuros educadores de infância. Revista Eletrônica de Educação, São Carlos, v. 7, n. 3, p. 9-24, 2013. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br>. Acesso em 15 set. 2025

Eigenmann, Maya. A raiva não educa. A calma educa. 2022. Bauru: Astral Cultural, 2022.

Escola da Educação Positiva. O que é Educação Positiva? Escola da Educação Positiva, [s.d.]. Disponível em:

<https://escoladaeducacaopositiva.com.br/2024/09/18/o-que-e-educacao-positiva/>.

Acesso em 5 out. 2025.

Ferreira, Aurino Lima; Acioly-Régnier, Nadja Maria. Contribuições de Henri Wallon à relação cognição e afetividade na educação. Educ. rev., São Paulo, v. 36, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602010000100003>. Acesso em 02 nov. 2025.

Freire, Paulo (atrib.). A escola. Poema atribuído a Paulo Freire, de autoria real de educadora não identificada.

Disponível em: <https://www.acervo.paulofreire.org/items/fca5541a-de5f-4db9-9db5-f6d8d56770e5>. Acesso em 10 set. 2025

Gambary, Daniela Cristine Nunes; Costa, José Dayvid Maximo; Gayardo, Marcia Andreia; Silva, Jaqueline Mariza Schuck da; Pereira, Lucineia; Bitencourt, Janai Rosana da Silva. Educação positiva na primeira infância: um caminho para o desenvolvimento socioemocional no ambiente escolar.. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação REASE, São Paulo, v. 11, n. 9, set. 2025, p. 741-753. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v11i9.20888>.

Girardello, Gilka. Por que toda criança precisa brincar (muito)? Observatório Social em Revista, São Paulo, p. 64-65, 2006.

Disponível em: http://nica.ufsc.br/index.php/publicacoes/cat_view/1-publicacoes/8-gilka-girardello. Acesso em: 15 de set de 2025.

Gonçalves, Catiane de Oliveira; Carniel, Fabiane. Educação Positiva e os impactos para a educação formal: revisão sistemática da literatura. IX Mostra Interna de Trabalhos de Iniciação Científica, UNICESUMAR, 2018. Disponível em:

Parente, Beatriz et al. Educação Positiva nas Escolas: Consequências Psicossociais. Disponível em: <http://rdu.unicesumar.edu.br/handle/123456789/2261>. Acesso em 31 out. 2025

Silva, Beatriz Caroline Ferreira et al. Primeira infância é prioridade absoluta.

Brasília: 2016. Disponível em: https://prioridadeabsoluta.org.br/wp-content/uploads/2017/11/cartilha_primeira-infancia.pdf. Aceso em: 10 out. 2025.

STJ nas escolas (recurso eletrônico): círculo de apoio à educação. Superior Tribunal de Justiça, Secretaria de Serviços Integrados de Saúde, Brasília, 2023.

Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/server/api/core/bitstreams/3979dd02-daac-4faa-ab21-1a72ee1682cd/content>. Acesso em 10 set 2025